Os Principais Desafios que as Pequenas e Médias Empresas (PME's) enfrentam no Brasil

Rosiomar Santos Pessoa¹
Francisco Diniz²

RESUMO

O presente artigo tem como tema: Os principais desafios que as Pequenas e Médias Empresas enfrentam no Brasil? Onde foi realizada uma pesquisa bibliográfica, assim como um trabalho de estudo de caso em uma entidade de direito privado, avaliando as rotinas de trabalho de uma PME e de seus gestores. A pesquisa teve como objetivo geral verificar as dificuldades enfrentadas pelas PMEs brasileiras e apresentar soluções para essas dificuldades. Já os objetivos específicos são identificar as PMEs dentro do mercado brasileiro, analisar os principais desafios enfrentados, além de estudar métodos para auxiliar no crescimento desses tipos de empresas. Os resultados do trabalho detectaram que a empresa em estudo possui grande parte dos desafios levantados na pesquisa, onde a execução correta das estratégias apresentadas devem proporcionar uma maior qualidade e crescimento à entidade.

Palavras – Chaves: Pequenas e Médias Empresas, desafios, estratégias, qualidade e crescimento, PME's.

ABSTRACT

The present work intends to have as a theme the main challenges faced by the Brazilian Small and Medium Enterprises, where a bibliographical research was carried out, as well as a case study work in a private law entity, evaluating the work routines of an SME and Their managers. The general objective of the research was to verify the difficulties faced by Brazilian SMEs and to present solutions to these difficulties. The specific objectives are to identify SMEs within the Brazilian market, to analyze the main challenges faced, and to study methods to assist in the growth of these types of companies. The results of the study detected that the company under study has a great part of the challenges raised in the research, where the correct execution of the presented strategies should provide a higher quality and growth to the entity.

Keywords: Small and Medium Enterprises, challenges, strategies, quality and growth, SMEs.

¹Técnico em Finanças – Mestre em Gestão da Universidade de Trás-os-Montes e alto Douro Contadora UEPA
Rosiomarsantos@gmail.com

²Professor Associado com agregação (Aposentado) do DESG/UTAD. Investigador Principal do CETRAD.
fdiniz@utad.pt

Pessoa, R.S., Diniz, F.; Os Principais Desafios que as Pequenas e Médias Empresas (PME's) enfrentam no Brasil. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Micro e Pequenas Empresas V.2, Nº1, p.137-161, Jan./Abr.2017. Artigo recebido em 03/01/2017. Última versão recebida em 15/03/2017. Aprovado em 30/03/2017.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por: Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, na sua componente FEDER, através do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020) [Projeto nº 006971 (UID/SOC/04011); Referência do Financiamento: POCI-01-0145-FEDER-006971]; e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2013.

1 - INTRODUÇÃO

O tema aborda as dificuldades que as Pequenas e Médias Empresas enfrentam no Brasil, onde percebe-se que o País possui uma quantidade considerável de empresas deste tipo que não conseguem se adequar ao mercado e as exigências do fisco.

Em algumas dessas empresas a não adequação ao mercado ocorre por falta de uma gestão eficiente e pela ausência de boas ferramentas de controle dos administradores da organização, comprometendo por sua vez a situação econômica e financeira da entidade. Já em outras empresas, a falta de adaptação ao mercado ocorre pelas inúmeras exigências do fisco, onde muitas vezes a empresa não possui ferramentas de trabalho capazes de suprir a alta demanda de obrigações acessórias exigidas pela legislação.

A partir do exposto, define-se o seguinte problema de pesquisa: Quais as principais dificuldades e desafios enfrentados pelas PMEs no Brasil?

O objetivo geral desta pesquisa é verificar as dificuldades enfrentadas pelas PMEs brasileiras e apresentar soluções para essas dificuldades. Os objetivos específicos são identificar as PMEs dentro do mercado brasileiro, analisar os principais desafios enfrentados, além de estudar métodos para auxiliar no crescimento desses tipos de empresas.

A metodologia será uma pesquisa bibliográfica, onde as principais fontes serão baseadas em livros e artigos científicos. Segundo Vergara (2006), a pesquisa bibliográfica é um estudo sistematizado e fornece instrumental analítico para qualquer outro tipo de pesquisa, mas pode esgotar-se em si mesma e o material publicado pode ser fonte primária, que é o artigo publicado, ou secundário, o mesmo artigo comentado.

Como técnicas de coletas de dados serão utilizadas a entrevista, que conforme Marconi e Lakatos (2002) é um encontro entre duas pessoas ou mais, a fim de que se obtenham informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Também será utilizada a técnica a observação, mostrada por Marconi e Lakatos (2002) como uma técnica que permite conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Essa técnica além de ver e ouvir consiste em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.

O trabalho divide-se em três capítulos. O capítulo um pretende abordar sobre um melhor entendimento e os tipos de PMEs. O capítulo dois pretende evidenciar os principais desafios enfrentados. O capítulo três trata sobre as soluções para as dificuldades e desafios, além do estudo de métodos de qualidade e crescimento dessas empresas.

2 - PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS (PMEs)

2.1 - CONSIDERAÇÕES SOBRE AS PMEs

A Contabilidade conforme o passar dos anos vem evoluindo e tornando-se uma área cada vez mais dinâmica, fato que proporciona muitas oportunidades no mercado de trabalho, principalmente no mercado empresarial, pela alta competitividade presente nas empresas brasileiras, onde surgem diversos desafios para os seus gestores, frequentemente encontrados nas pequenas e médias empresas.

De acordo com MACHADO, OLIVEIRA e SOUZA (2007):

As pequenas empresas surgiram com a atividade produtiva colonial. De fato, é impossível separar a história do Brasil da história da pequena empresa. Evidências, documentos e relatos apontam para o litoral do estado de São Paulo as origens da agricultura e da indústria brasileira, mais precisamente nas cidades de São Vicente e Santos. Suas origens étnicas prováveis viriam dos primeiros colonizadores (portugueses, belgas e holandeses) e dos índios brasileiros convertidos em pequenos fornecedores de alimentos. Os primeiros pequenos empresários brasileiros atuavam na agricultura, transporte, manufatura, serviços e comércio. Os pequenos produtores não ficaram vivendo à margem e dependentes da grande

empresa açucareira. Muito menos se dedicavam apenas às atividades secundárias e de suporte à grande empresa colonial.

Diante do exposto, identifica-se que a origem dessas empresas partiu desde a época do Brasil colonial e que as PMEs tem um longo contexto histórico, vindo desde a chegada dos europeus até os dias atuais.

Conforme a NBC TG 1000 (CFC, 2010, Seção 1), essas empresas são empresas que não têm obrigação pública de prestação de contas, ou seja, os seus instrumentos de dívida ou patrimônio não são negociados em mercados de ações ou mercados abertos, que são as bolsas de valores nacionais e estrangeiras e nem possuem ativos em condição fiduciária perante um grupo amplo de terceiros como um de seus principais negócios, como caso dos Bancos e Cooperativas de Crédito.

2.2 - CLASSIFICAÇÃO DAS PMEs QUANTO AO PORTE

2.2.1 - MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

Segundo o Portal do Empreendedor (2017), o MEI é a pessoa que trabalha por conta própria e se legaliza como pequeno empresário, onde para se legalizar como microempreendedor é necessário não possuir participação em outra empresa e obter um faturamento anual igual ou menor do que R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Este tipo de empresa é previsto pela Lei Complementar Nº 128/2008, que criou algumas condições especiais para que o trabalhador visto como informal pudesse se formalizar como um MEI legalizado, possuindo o seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ). Essa legalização poderá ser realizada no próprio portal do empreendedor, no link Formalização e Inscrição e após o cadastramento, o CNPJ e o número de identificação do registro de empresa (NIRE) são obtidos no mesmo dia, não sendo necessário encaminhar nenhum documento à Junta Comercial.

Essa formalização facilita na emissão de suas notas fiscais e isenção de alguns tributos federais como Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL, pagando um valor fixo mensal.

O MEI pode ter um empregado contratado que receba um salário mínimo ou o piso da categoria. Após a formalização as suas obrigações são retirar anualmente o Alvará de Localização e Funcionamento da Secretaria de Finanças gratuito, transmitir anualmente a Declaração Anual do MEI até o último dia útil de maio de cada ano, para evitar transtornos como o pagamento de Multa por atraso na entrega da declaração e pagar mensalmente a guia de recolhimento do tributo acima citado (Documento de Arrecadação do Simples - DAS), com vencimento até o dia 20 de cada mês.

Sendo assim, com o pagamento em dias dessas contribuições, o Microempreendedor poderá ter acesso a benefícios como o auxílio doença, auxílio maternidade e aposentadoria.

2.2.2 - MICROEMPRESA (ME)

Segundo o SEBRAE (2017), considera-se Microempresa ou ME, a sociedade simples, a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que alcancem uma receita bruta superior a R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) em cada ano calendário.

Esse tipo de empresa surgiu a partir de 01/07/2007, previsto na Lei Complementar Nº 123/2006, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a arrecadação de Tributos e Contribuições devidos.

Conforme o número de empregados, esse tipo de empresa conta aproximadamente com até 19 colaboradores para indústria e até 09 colaboradores para atividades de comércio e serviço.

2.2.3 - EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

O SEBRAE (2017) trata também da Empresa de Pequeno Porte ou EPP, que é a sociedade simples, a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que alcancem uma receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais) em cada ano calendário.

Esse tipo de empresa surgiu a partir de 01/07/2007, previsto na Lei Complementar Nº 123/2006 e alterada pela Lei Complementar Nº 147/2014, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a arrecadação de Tributos e Contribuições devidos.

Conforme o número de empregados, essa empresa possui em média de 20 a 99 colaboradores para a atividade de indústria e de 10 a 49 para comércio e serviços.

2.3 - O SIMEI

Segundo o Portal do SIMEI (2017), este é o sistema de arrecadação de tributos aplicável ao Microempreendedor individual e previsto pela Lei Complementar Nº 128/2008. Para efeitos desse sistema, considera-se Microempreendedor individual ou MEI, o empresário que tenha auferido uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais).

O MEI, optante pelo SIMEI, paga por meio de documento de arrecadação (DAS), os seguintes tributos: no caso de atividades de comércio, a Contribuição para a Previdência Social (5% sobre o valor do salário mínimo vigente) e o ICMS (R\$ 1,00 Fixo). E no caso de atividade de serviços, os tributos arrecadados serão a Contribuição para a Previdência Social (5% sobre o valor do salário mínimo) e o ISS (R\$ 5,00 Fixo), onde o valor dessas guias será atualizado anualmente, considerando o valor do salário mínimo.

2.4 - O SIMPLES NACIONAL

De acordo com o Portal do Simples Nacional (2017), o Simples Nacional é um regime tributário simplificado que surgiu a partir da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte para a arrecadação, cobrança e fiscalização de Tributos e Contribuições devidos.

Para efeitos do Simples Nacional, considera-se Microempresa ou ME, a sociedade simples, a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que alcancem uma receita bruta superior a

R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) em cada ano calendário. Considera-se Empresa de Pequeno Porte ou EPP, a sociedade simples, a sociedade empresária, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário que alcancem uma receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00 (Três milhões e seiscentos mil reais) em cada ano calendário.

Para ingressar nesse sistema é necessário seguir algumas condições como enquadrar-se na definição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, cumprir os requisitos previstos na legislação e formalizar a opção pelo sistema através do site.

As principais características desse sistema são: ser facultativo, ser irretratável para todo o ano-calendário, apresentação de declaração única e simplificada de informações socioeconômicas e fiscais, disponibilização às ME e EPP de sistema eletrônico para a realização do cálculo do valor mensal devido e a abrangência de tributos como IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IPI, ICMS, ISS e CPP (Contribuição Patronal Previdenciária), mediante recolhimento em documento único de arrecadação do Simples (DAS), além da possibilidade de os Estados e Municípios adotarem sublimites para EPP em função da respectiva participação no PIB, sendo que os estabelecimentos localizados nesses Estados cuja receita bruta total extrapolar o respectivo sublimite, deverão recolher o ICMS e o ISS diretamente ao Estado ou ao Município.

3 - PRINCIPAIS DESAFIOS ENFRENTADOS

Com relação aos desafios enfrentados pelas PMEs, anualmente percebe-se que várias empresas no Brasil encerram as suas atividades, o que mostra que os desafios para essas empresas durante os próximos anos serão cada vez maiores e que será extremamente necessária à adequação das mesmas ao mercado para vencer esses desafios. Dentre eles, podemos destacar:

3.1 - ALTA CARGA TRIBUTÁRIA

Conforme Santos e Veiga (2014), se tratando da questão tributária, observa-se que o governo federal tem feito várias ações e investimentos para um melhor controle de fraudes, evitando as sonegações. Um dos exemplos claros são o desenvolvimento de muitos sistemas de informações e banco de dados que são alimentados por diversas fontes e possibilita um cruzamento mais eficiente das informações.

O Simples Nacional é um desses sistemas de informações, onde através dele aumentaram a arrecadação e os controles, possibilitando até isenções de alguns tributos, porém, considerando as possibilidades do nosso País poderiam ser apresentadas muito mais alternativas.

3.2 - RESTRIÇÃO AO CRÉDITO

Com relação às linhas de créditos bancários para as PMEs, os mesmos tem se tornado cada vez mais limitados, pois as instituições financeiras estão muito mais cautelosas para a concessão desses créditos, devido as altas taxas de inadimplência, a crise econômica vivenciada nos últimos anos, alta da inflação, aumento de desemprego, dentre outros fatores.

Com a crise econômica, existem empresas que reduziram o seu quadro de funcionários e os desembolsos com rescisões contratuais em muitos casos aumentam o endividamento e enfraquecem o seu caixa e as suas reservas financeiras. Além disso, fatores como a falta de capital de giro e inadimplência dos clientes, aumentam as necessidades da organização em adquirir recursos de terceiros.

Assim, em muitos casos, as alternativas mais caras se tornam a opção, como a antecipação de recebíveis, uso do limite do cheque especial, o uso do cartão de crédito, dentre outras modalidades. Mas, essa aquisição desses tipos de créditos deve ser bem administrada com muita cautela, pois o crédito mais caro, com taxas de juros elevadas, pode prejudicar a empresa e o seu resultado criando uma dívida ainda maior.

3.3 - EXCESSO DE OBRIGAÇÕES

Possuir um pequeno negócio no Brasil não é tarefa simples, pois as exigências do fisco e burocracia são muitas e acabam na maioria dos casos sobrecarregando as PMEs. As diversas exigências, que são as declarações e os demonstrativos contábeis, são denominadas obrigações acessórias e que devem ser atendidas, além do pagamento dos tributos devidos, denominados de obrigação principal.

Diferentemente das empresas optantes pelo regime de tributação normal (Lucro Presumido e Lucro Real), as PMEs, que normalmente são optantes pelo regime do simples nacional, tem a suas obrigações reduzidas, pois estão dispensadas de algumas delas. Mas ainda assim as obrigações não deixam de serem muitas, como mostra a seguir:

3.3.1 - PGMEI (PROGRAMA GERADOR DO MEI)

Segundo o PORTAL DO SIMEI (2017), esse é o sistema criado para a geração mensal do Documento de Arrecadação do Simples (DAS) para o MEI.

A falta das guias geradas dos tributos por esse sistema, não obriga a empresa ao pagamento de multa, porém o fato de não recolher devidamente essas guias provoca a ausência de contribuições para a previdência social.

3.3.2 - DASN-SIMEI (DECLARAÇÃO ANUAL DO MEI)

O PORTAL DO SIMEI (2017) apresenta essa declaração como uma informação anual, que deverá ser entregue até o último dia útil de maio do ano subsequente.

As principais informações constantes na DASN - SIMEI são a receita bruta total referente ao ano anterior, a receita bruta total referentes às atividades sujeitas ao ICMS e se for o caso, dados sobre a contratação de empregados.

Com relação às penalidades, o MEI que não apresentar essa declaração no prazo, estará sujeito ao pagamento de multa de no mínimo R\$ 50,00.

3.3.3 - PGDAS-D (PROGRAMA GERADOR DO DOCUMENTO DE ARRECAÇÃO DO SIMPLES NACIONAL DECLARATÓRIO)

É uma declaração de periodicidade mensal, entregue para a apuração e geração do DAS (Documento de Arrecadação do Simples), com vencimento no dia 20 (vinte) do mês subsequente ao declarado.

Conforme o PORTAL DO SIMPLES NACIONAL (2017), o PGDAS e o PGDAS-D, são dois aplicativos que efetuam o cálculo dos tributos devidos mensalmente. A diferença é que o PGDAS serve para a apuração dos valores até dezembro/2011, enquanto que no PGDAS-D são feitas apurações a partir de janeiro/2012 e o mesmo tem caráter declaratório, constituindo confissão de dívida e exigência para recolhimento dos tributos conforme declarado.

A ME e EPP que deixar de prestar mensalmente essas informações à Receita Federal do Brasil até o mês de março do ano subsequente, estará sujeita à multa mínima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) por cada mês não declarado.

3.3.4 - DIRF (DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE)

É uma declaração anual, normalmente entregue até o último dia útil de fevereiro.

Representa os informes de rendimentos dos sócios e colaboradores, como salário, retirada pró-labore, rendimentos de férias, 13º salário, rescisão contratual, dentre outras remunerações, além de informações de imposto de renda retido e contribuições para a previdência social. Sendo todas essas informações referente ao exercício anterior.

Com relação as penalidades, o não envio desta declaração no prazo, gera impedimento de retirada de certidão negativa perante a Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, além da multa por atraso, no valor de R\$ 200,00 para pessoas físicas, pessoas jurídicas inativas e pessoas jurídicas optantes pelo simples nacional. Para os demais casos o valor passa para R\$ 500,00.

3.3.5 - RAIS (Relação Anual de Informações Sociais)

É uma declaração anual, normalmente entregue até o mês de março de cada ano.

Conforme o Portal da RAIS (2017), essa declaração consiste em um relatório de informações socioeconômicas que tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no País, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

Sobre as penalidades, de acordo com o Art. 25 da Lei nº 7.998 (PLANALTO, 1990), o não envio da declaração resulta em multa por atraso no valor de 400 (quatrocentos) BTN, em R\$ 684,00 aproximadamente até o limite de 40.000 (quarenta mil) BTN, em R\$ 68.400,00 aproximadamente, segundo a natureza da infração, contados até a data da entrega da RAIS respectiva.

3.3.6 - DEFIS (DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOCIOECÔNOMICAS E FISCAIS)

É uma declaração anual, normalmente entregue até o último dia útil do mês de março de cada ano.

O PORTAL DO SIMPLES NACIONAL (2017) informa que para os anos-calendário de 2007 a 2011, era transmitida uma declaração com de dados importados do PGDAS (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional), como atividades exercidas e receitas obtidas, essa declaração era chamada de DASN (Declaração Anual do Simples Nacional).

No ano-calendário 2012, a DASN foi extinta, dando lugar a DEFIS, que transmite as informações de dados econômicos e fiscais, importados do PGDAS-D (Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional Declaratório), instituído a partir de janeiro de 2012, para cálculo mensal do DAS à pagar.

Sobre as penalidades, essa declaração não possui multa por atraso, no entanto a não transmissão impede que seja finalizada a apuração referente ao mês de março de cada ano do PGDAS-D.

3.3.7 - CAGED (CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS)

O CAGED foi criado pelo Governo Federal, através da Lei nº 4.923/65, que institui o registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Este Cadastro serve como base para a elaboração de estudos, pesquisas, projetos e programas ligados ao mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que subsidia a tomada de decisões para ações governamentais. O prazo de entrega é até o dia 07 do mês subsequente ao de referência das informações.

Deve declarar ao Ministério do Trabalho e Emprego todo estabelecimento que tenha admitido, desligando ou transferido com contrato de trabalho regido pela CLT, ou seja, que tenha efetuado qualquer tipo de movimentação em seu quadro de empregados.

A omissão ou atraso da declaração ocasiona ao estabelecimento uma multa, que é calculada de acordo com o tempo de atraso e a quantidade de empregados omitidos. Para encontrar o período de atraso, deve-se iniciar a contagem a partir da data máxima permitida para a postagem das informações, sendo que até 30 dias R\$ 4,47 por empregado, de 31 a 60 dias R\$ 6,70 e acima de 60 dias de R\$ 13,40.

3.4 - DIFICULDADES DE GESTÃO

Esse é um desafio bastante frequente nas organizações, pois muitos gestores encontram-se despreparados para assumir a responsabilidade de dirigir o seu negócio e buscar um crescimento em sua empresa, dentre os fatores de dificuldades da gestão, podemos considerar:

3.5.1 - COMPETITIVIDADE

Para Santos e Veiga (2014, p. 08) “A competitividade no ambiente global, que rompe fronteiras, se renova e possibilita a investidores diversos, com estratégias, culturas e políticas diferenciadas ser cada vez mais agressivos”.

Conforme destaca a opinião do autor, a competitividade acaba se tornando um fator importante a ser tratado, pois muitos dos gestores atualmente tem dificuldades com a alta competição dentro do mercado, onde as PMEs precisam estar preparadas de modo a atender as demandas de seus clientes, com estratégias inovadoras e diferenciadas.

3.5.2 - FALTA DE CONHECIMENTO DO GESTOR

O gestor da empresa deve contar com profissionais capacitados dentro dela e procurar se capacitar cada vez mais. Deve estar sempre aberto para analisar novas ideias que irão surgir para o seu negócio, buscando conhecimentos de legislação trabalhista, legislação tributária, análise de mercado e aprimoramento na formação gerencial.

3.5.3 - FALTA DE SUPORTE ADEQUADO

As PMEs diante de uma geração em constante transformação tecnológica e um mercado mais competitivo necessitam encontrar mecanismos mais eficientes para atender a isso. Diante do exposto, entende-se que a tecnologia passa a ser um parceiro estratégico no negócio, sendo responsável pelo processamento da grande quantidade de dados da empresa e pela integração dos sistemas. Por meio da tecnologia, podemos desenvolver novos produtos e serviços, incentivar a inovação e criar canais de comunicação internos, fortalecendo assim, o relacionamento com os clientes e colaboradores da empresa.

No entanto, é de extrema necessidade a contratação de um profissional para controlar os processos tecnológicos, garantindo o seu correto funcionamento e possibilitando a fácil acessibilidade das ferramentas.

Em relação à gestão de recursos, auxílio nas tomadas de decisão e atendimento correto e pontual das obrigações com o fisco, as PMEs devem contratar um profissional contábil para atender a essa necessidade.

Conforme Santos e Veiga (2014, p. 12), “O contador deve ser um profissional que contribua na tomada de decisão, principalmente em relação ao planejamento tributário, que é tão complexo no Brasil”.

É importante a presença desse profissional na organização para atender a todas essas necessidades citadas, sendo que, a complexidade citada pelos autores anteriormente deve aumentar nos próximos anos, pois, há muitas mudanças ocorrendo na legislação brasileira e a empresa precisará se preparar para atender a essas mudanças.

4 - ESTRATÉGIAS PARA QUALIDADE E CRESCIMENTO DAS PMEs

Conforme trata o SEBRAE (2017), com relação ao desenvolvimento das PMEs dentro do mercado brasileiro, nos últimos anos houve um avanço dessas empresas no País, onde elas representam 27% (vinte e sete por cento) do PIB nacional, um resultado que tende a crescer nos decorrer dos anos. Esses dados demonstram o quanto é importante incentivar esses negócios de menor porte, visto que eles juntos ajudam consideravelmente na economia brasileira.

Portanto, visando à continuidade dessas empresas no mercado e um maior desenvolvimento delas, podemos destacar algumas estratégias para o seu crescimento, como:

4.1 - CONHECER O NEGÓCIO

Segundo Santos e Veiga (2014), conhecer o seu negócio é saber como é o processo e ter um conhecimento cada vez mais amplo da empresa, assim como a missão, visão, valores sobre o empreendimento. O gestor deve estar aberto para novas ideias, analisa-las e se for o caso implantá-las, avaliando os seus riscos e retornos.

É importante também o acompanhamento no desenvolvimento das atividades da empresa, para identificar a sua posição com relação ao mercado, fornecedores, clientes, os diferenciais e fraqueza dos concorrentes, as suas fragilidades e os diferenciais, buscando assim, uma visão ampla para possibilitar na tomada de decisões.

4.2 - INVESTIR EM UM PLANO DE MARKETING

Para a expansão e crescimento do negócio o empresário deve investir na sua divulgação e estudar técnicas e métodos para o desenvolvimento de sua industrialização, vendas ou serviços diante do mercado.

Primeiramente, devem ser analisados e levantados os fatores internos e externos que influenciam no desenvolvimento da organização. Como foi citado acima, o gestor deve estudar o comportamento dos clientes, fornecedores, competidores e as oportunidades oferecidas pelo mercado, para assim definir as metas e estratégias de marketing.

Em segundo lugar, deve-se construir a sua marca no mercado, começando com a criação online de um perfil nas redes sociais mais acessadas ou uma página na internet e mesmo que o empreendimento não se torne altamente conhecido inicialmente, é importante a consolidação no mercado local, seu bairro, cidade, ou região. Além disso, é notável que a ferramenta da internet tem crescido e que várias pessoas compram e vendem vários produtos pelas redes.

Em terceiro lugar, é necessário um bom atendimento ao cliente, seja pela internet ou pelo espaço físico, porque depois que ele conhecer a marca da empresa e desfrutar de um bom atendimento, antes, durante e após a venda ou serviço, ele levará uma boa impressão do empreendimento, de modo a divulgar o negócio e indicar para outros interessados.

4.3 - EQUILÍBRIO FINANCEIRO

Certamente, muitas empresas no mercado nacional ainda encontram-se desorganizadas no que diz respeito ao controle financeiro. Esta ferramenta é extremamente importante para o planejamento e correto conhecimento financeiro do negócio.

O SEBRAE (2017) apresenta alguns controles financeiros a seguir:

4.3.1 - CONTROLE DE CAIXA

Por meio dos registros realizados por ele, pode-se conhecer a origem e o destino de todo o recurso financeiro movimentado pela empresa diariamente.

4.3.2 - CONTROLE DE BANCOS

Sua finalidade é registrar as entradas e saídas dos valores na conta bancária da empresa, permitindo o controle atualizado do seu saldo.

4.3.3 - CONTROLE DE CONTAS A RECEBER

Possibilita o conhecimento de alguns pontos, como o montante dos valores a receber, contas vencidas e a vencer, clientes com atraso nos pagamentos e como programar suas cobranças.

4.3.4 - CONTROLE DE CONTAS A PAGAR

Possibilita que o empresário fique permanentemente informado sobre o vencimento dos compromissos, como estabelecer prioridades de pagamento e o montante dos valores a pagar.

4.3.5 - FLUXO DE CAIXA

Por meio deste, é possível realizar a projeção das entradas e saídas de recursos financeiros para determinado período, visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis.

Com a aplicação dessas ferramentas acima citadas, podemos obter o levantamento dos recursos financeiros da entidade e suas origens. Além disso, utilizar da melhor forma possível, os disponíveis, para saldar as suas obrigações nas datas corretas de vencimentos e captar recursos de acordo com os valores a receber, obtendo assim, um equilíbrio nas operações financeiras do negócio.

4.4 - SEPARAR OS RECURSOS DA EMPRESA E DO PROPRIETÁRIO

Para obter sucesso financeiro em um determinado negócio, o gestor deve aplicar o Princípio da Entidade.

Conforme a Resolução CFC nº 750 (1993, Art. 4º) e atualizada pela Resolução CFC nº 1.282 (2010), esse princípio reconhece o Patrimônio como objeto da Contabilidade e afirma a autonomia patrimonial, que é a diferenciação do Patrimônio dos sócios e da empresa, sociedade ou instituição que não se confundem um com o outro.

É indispensável que o sócio saiba separar o seu Patrimônio e bens do Patrimônio e bens da empresa, de modo que os dois não se confundam e não se misturem e cause desorganização no ambiente empresarial, identificando de melhor maneira se o negócio estar sendo rentável.

A empresa não pode ser ilimitada para o seu dono, no que diz respeito a retirada de recursos, evitando assim prejudicar a contabilidade do negócio e problemas tributários para a pessoa jurídica e física, caso o fisco entenda que está ocorrendo a sonegação de tributos. A melhor alternativa é estabelecer uma retirada fixa (pró-labore) mensal para as despesas pessoais.

4.5 - INVESTIR EM PROFISSIONAIS CAPACITADOS

Sabe-se que os colaboradores da empresa são uma das estratégias que podem fazer o empreendimento crescer de forma boa e rápida, portanto é imprescindível que se invista em recursos humanos dentro da entidade.

No momento de selecionar um colaborador para desenvolver o seu trabalho na organização, é necessário o conhecimento de que a economia com o pagamento de baixos salários provoca em muitos casos a baixa produtividade e a falta de qualidade na prestação dos serviços. Após a seleção e contratação, é importante que o colaborador se integre à empresa, recebendo o treinamento necessário para os serviços designados.

Manter o pessoal bem treinando é bom para o correto funcionamento dos processos dentro da organização, onde muitas vezes a concessão de alguns benefícios aos colaboradores presentes na organização, é menos oneroso em comparação ao custo de reposição de um deles. É interessante que todos entendam, compreendam e executem os seus serviços conforme a missão, visão e valores da entidade, de modo a obter uma maior produtividade nos trabalhos.

O mesmo critério deve ser utilizado para selecionar profissionais prestadores de serviços, tais como contador, advogado, técnico de informática, dentre outros, passando o conhecimento do que a organização precisa e que deverão ser verdadeiros parceiros da empresa em seus negócios, fornecendo o suporte técnico adequado que ela precisa.

4.6 - BUSCAR A SATISFAÇÃO DO CLIENTE

Mediante a todas as estratégias citadas, essa é considerada essencial, pois, o cliente é o principal responsável pelo funcionamento da empresa. Os colaboradores da entidade precisam se relacionar bem com os clientes, já que, as organizações precisam dos clientes para se manter e o pessoal precisa da organização para suprir suas necessidades e se realizar profissionalmente.

Os clientes estão se tornando mais exigentes, deixando a concorrência nos estabelecimentos cada vez maior, fazendo com que os empreendimentos busquem melhoria na qualidade dos produtos e serviços, além de um melhor atendimento.

O cliente deve sempre ser atendido da melhor maneira possível, pois quem é mal atendido busca suprir as suas necessidades em outro empreendimento e para

recupera-lo é sempre mais difícil. Mas, o cliente quem é bem atendido e sai satisfeito sempre volta e em muitos casos pode trazer outros com ele.

5 - ESTUDO DE CASO

5.1 - A EMPRESA

5.1.1 - HISTÓRICO

A empresa foi fundada em 01/02/2007, atua no mercado voltado ao comércio de peças, acessórios e equipamentos para veículos movidos a óleo diesel e veículos pesados em geral, localizada na Amazônia, às margens da Rodovia Alça Viária, Km 01, próximo a Rodovia BR 316, no Município de Marituba, Estado do Pará.

O porte empresarial é microempresa e o seu faturamento é superior a R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais) e igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (Trezentos e sessenta mil reais) em cada ano calendário.

Atualmente, a empresa conta com 03 funcionários que trabalham diariamente com a atividade de comércio de peças e acessórios. O seu horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira de 08h às 18h e aos sábados de 08h às 12h. A organização possui também sistema de emissão de nota fiscal eletrônica, controle contas a pagar e contas a receber.

5.1.2 - DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EMPRESA

A identificação dos desafios enfrentados pela empresa com relação à pesquisa realizada será feita mediante a figura abaixo:

Figura 1: DIFICULDADES ENCONTRADAS NA EMPRESA

DIFICULDADES	
CONFORME PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	EMPRESA EM ESTUDO
Alta carga tributária	A empresa desembolsa em tributos cerca de 3% de suas vendas, além dos encargos sobre Folha de Pagamento.
Restrição ao crédito	Para obter linhas de crédito junto aos Bancos e Financeiras, o estabelecimento precisa possuir conta corrente e manter sua documentação e cadastro rigorosamente atualizados, além de obter uma movimentação significativa e tempo de conta na determinada instituição.
Excesso de obrigações	A organização enquadra-se na condição de Microempresa e precisa cumprir com todas as obrigações relativas a essa condição.
Dificuldades de Gestão	Foi identificado na empresa que os seus gestores são altamente organizados quanto à gestão da entidade.

Fonte: Elaborada pelos Autores

Conforme a figura acima percebe-se que a empresa possui diversos desafios a serem enfrentados, conforme a pesquisa bibliográfica levantada. A alta carga tributária está presente na empresa pelo desembolso de tributos de DAS em cerca

de 3% sobre o valor das vendas e mais os incidentes sobre a folha de pagamento dos funcionários.

A restrição ao crédito é outro fator considerável, pois em muitos momentos a empresa necessita de capital de giro para o correto funcionamento de suas atividades, onde, em muitos casos os Bancos dificultam na concessão desses créditos, sendo altamente burocráticos na movimentação e nas documentações exigidas.

5.1.3 - ESTRATÉGIAS E SOLUÇÕES PARA A EMPRESA

ESTRATÉGIAS E SOLUÇÕES	
DIFICULDADE	SOLUÇÃO
Alta carga tributária	A Empresa precisa estabelecer o atendimento rigoroso ao principio da entidade.
Restrição ao crédito	É necessário que seja estabelecido um cronograma para a atualização periódica dos dados bancários, para a obtenção de linhas de crédito.
Excesso de obrigações	A Empresa possui um profissional de contabilidade de sua confiança que cuida atenciosamente das suas obrigações.

Dificuldades de Gestão	A Entidade possui uma estrutura organizada para suprir a competitividade, além de suporte adequado e os gestores possuem vasto conhecimento na área em que atuam.
------------------------	---

Fonte: Elaborada pelos Autores

A identificação das dificuldades da organização e as prováveis soluções serão realizadas mediante a figura abaixo:

Como estratégias para a qualidade e crescimento da organização, podemos destacar para a alta carga tributária a separação de recursos do proprietário e da entidade e entre os recursos da empresa a programação financeira para pagamento dos tributos sobre as vendas e sobre a folha de pagamento.

Para diminuir a restrição ao crédito junto aos bancos e instituições financeiras, a empresa deve manter o seu faturamento atualizado e utilizar o serviço de internet banking para pagamentos e transferência no banco em que for de sua confiança, que atualmente é o Banco Bradesco S/A, para assim manter uma movimentação financeira assídua.

Para o excesso de obrigações a empresa conta com um contrato de licenciamento de um sistema de emissão de suas notas, oferecido por uma empresa especializada no ramo, o que facilita no fornecimento de documentos fiscais e nas vendas com maior confiabilidade, além do controle das vendas realizadas. Para o cumprimento de obrigações acessórias a empresa possui um contrato de prestação de serviços com uma empresa do ramo de contabilidade que cuida da transmissão de declarações anuais e mensais, apuração de tributos, assessoria e geração de sua folha de pagamento.

Com relação aos gestores da entidade, os mesmos possuem um grande conhecimento do negócio, pois trabalham no mercado há cerca de 15 anos. Possuem um equilíbrio financeiro, onde o fluxo de caixa e controle de contas à pagar

e contas à receber são realizados diariamente pela entidade, mostrando assim que está preparada para a competitividade presente no mercado.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo identificou os principais desafios enfrentados por uma microempresa (ME) do ramo de comércio de peças, acessórios e equipamentos para veículos movidos a óleo diesel e veículos pesados em geral, em comparação aos principais levantados na pesquisa bibliográfica que são a alta carga tributária, a restrição ao crédito, o excesso de obrigações e as dificuldades de gestão.

Foi identificado que a empresa possui solução viável para o excesso de obrigações e dificuldades de gestão, onde foi detectado em suporte adequado com profissionais capacitados de sua confiança para a execução dos serviços tais como suporte para emissão de documento fiscal via sistema e assessoria contábil do escritório de contabilidade.

Em relação à alta carga tributária, a organização se encontra enquadrada no Simples Nacional, pagando cerca de 3% de tributos sobre as vendas e mais os tributos sobre a folha de pagamento, onde a solução viável encontrada foi realizar uma programação financeira antecipada para o pagamento do valor dos tributos.

Quanto à restrição ao crédito a entidade precisa realizar com mais frequência os pagamentos e transferências pelo internet banking do banco em que possui conta, manter o seu faturamento atualizado e adquirir produtos oferecidos, como seguros, de modo a melhorar o seu relacionamento e facilitar a sua obtenção de linhas de créditos.

REFERÊNCIAS

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

LEI nº 7.998/1990 - Planalto. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7998.htm/>. Acesso em 05/03/2017.

MACHADO, Lindinalva Candida, OLIVEIRA, Cilene Aparecida Silva de e SOUZA, José Henrique. **As Origens da Pequena Empresa no Brasil**, 2007. Disponível em <http://www.faccamp.br/ojs/index.php/RMPE/article/view/18/15/>>. Acesso em 04/03/2017.

NBC TG 1000 - Normas Brasileiras de Contabilidade. **Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas**. Disponível em <http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/NBC-TG-1000.htm/>>. Acesso em 04/03/2017.

PORTAL DO CAGED - Ministério do Trabalho. Disponível em <http://www.caged.gov.br/>>. Acesso em 05/03/2017.

PORTAL DO EMPREENDEDOR - **Perguntas e Respostas**. Disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/mei-microempreendedor-individual#portal-column-one/>>. Acesso em 18/02/2017.

PORTAL DA RAIS - Ministério do Trabalho. Disponível em <http://www.rais.gov.br/sitio/index.jsf/>>. Acesso em 05/03/2017.

RESOLUÇÃO CFC nº 1.282/2010 - Conselho Federal de Contabilidade. Disponível em http://www.normaslegais.com.br/legislacao/respcaocfc1282_2010.htm/>. Acesso em 04/03/2017.

SANTOS, Fernando de Almeida e VEIGA, Windsor Espenser. **Contabilidade: com Ênfase em Micro, Pequenas e Médias Empresas**. São Paulo: Editora Atlas, 2014.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) – **Entenda as diferenças entre microempresas, pequena empresa e MEI**. Disponível em <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda->

Os Principais Desafios que as Pequenas e Médias Empresas (PME's) enfrentam no Brasil.

[as-diferencas-entre-microempresa-pequena-empresa-e-mei,03f5438af1c92410VgnVCM100000b272010aRCRD](#)>. Acesso em 18/02/2017.

SIMPLES NACIONAL - **Perguntas e Respostas**. Disponível em <http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/Perguntas/Perguntas.aspx/> >. Acesso em 18/02/2017.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Editora Atlas, 2006.